

-----ATA N.º 1/2024-----

**PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE FERREIRA DO ZÊZERE AOS DIAS
VINTE E CINCO DE JANEIRO DE DOIS
MIL E VINTE E QUATRO. -----**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na Vila de Ferreira do Zêzere, no edifício do Centro Cultural Alfredo Keil, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Código de Ética e Conduta, para efeitos do cumprimento do Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro e para conhecimento da Norma de Controlo Interno, nos termos da alínea i) do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
2. Apreciação e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, para efeitos de integração do Saldo de Gerência da Execução Orçamental, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
3. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 1 - Modificação às GOP-Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes), nos termos da alínea c) do n.º 1

do artigo 33º, e alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, da declaração de utilidade pública das expropriações, atribuindo-lhe caráter de urgência, destinados à execução da obra da "Praia Fluvial - Bairrada/Bairradinha", nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 14º do Código das Expropriações. -----

5. Apresentação do projeto "Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro", pela empresa projetista Linhas Ímpares, Unipessoal Lda, e intervenção do Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, da DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do ponto 2º do artigo 37º (...a intervenção deve circunscrever-se aos assuntos, previstos na ordem de trabalhos). ---

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e um dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos Deputados Municipais, Tiago Miguel Godinho Antunes, Inês Filipa Godinho Ferreira e José Manuel Gomes Duarte, que foram substituídos pelos cidadãos, Pedro Manuel dos Santos Vitorino, Jorge Manuel Godinho Ribeiro e Luís Pedro Alberto Pereira respetivamente e também a ausência do Deputado Municipal Nuno Filipe Antunes Ramalho. -----

A **Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

Abertura da Sessão: Eram dezanove horas e dez minutos, quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, começando por cumprimentar o Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, agradecendo a sua presença, e cumprimentando depois todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. Quis referir que no seguimento do Regimento, a intervenção do público, tem de ser cingida aos temas em apreciação nos pontos abordados na Ordem de Trabalhos, especificando o tema nas folhas que preencherem para as suas intervenções. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Código de Ética e Conduta, para efeitos do cumprimento do Decreto-Lei nº 109-E/2021 de 9 de dezembro e para conhecimento da Norma de Controlo Interno, nos termos da alínea i) do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente separou as duas votações, referente ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e ao Código de Ética e Conduta. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, para efeitos do cumprimento do Decreto-Lei nº 109-E/2021 de 9 de dezembro, aprovar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação do Código de Ética e Conduta, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, para efeitos do cumprimento do Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro, aprovar o Código de Ética e Conduta. -----

Tomaram conhecimento da Norma de Controlo Interno. -----

2. Apreciação e votação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, para efeitos de integração do Saldo de Gerência da Execução Orçamental, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, para efeitos de integração do Saldo de Gerência da Execução Orçamental. -----

3. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 1 - Modificação às GOP-Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º, e alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Castro, no uso da palavra, referiu que na última reunião que houve teve a ousadia de dizer que o Município não tem feito muitas coisas relativo a diversas obras previstas, querendo enumerar algumas questões e questionar o ponto de situação. Começou por questionar o que se passa com a Casa de Ensaio do Carril, com o Pavilhão 2000, com a Estação Rodoviária, sendo que era proposto ser construído ao lado da CEPSA, com o Provedor do

Município, com o Centro Cultural, que era suposto ter uma esplanada e um bar, e com a transmissão Online prevista para as Reuniões de Câmara, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Jorge Castro, começou por dizer que todos tivessem a clareza de que um programa eleitoral elaborado num dado tempo, e por isso, dependendo de um conjunto de circunstâncias para que seja realizado, bem como da estratégia e política do Governo, da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e outras entidades. Disse que quando têm um investimento de dez milhões e novecentos mil euros numa escola e que têm quase a certeza de que vai ser financiada a cem por cento, quando têm um investimento de seis milhões de euros para habitação social, quando têm investimento de setecentos e vinte e cinco mil euros para um Centro de Saúde, podendo enunciar mais um conjunto de obras, referiu que o orçamento da Câmara Municipal que ronda os dez, onze milhões de euros e que neste ano está majorado e bem por força dos investimentos que vão ser feitos, não permite em dois anos e meio avançar com alguns investimentos que o Senhor Deputado Municipal deu conta e que quer saber realmente a razão pela qual ainda não avançaram. Relativo à Casa do Ensaio, disse que ainda não tiveram nenhum programa em que aquele espaço tivesse enquadramento para se poder ter fundos comunitários, e que quando têm uma requalificação de um Centro de Saúde no valor de setecentos e vinte e cinco mil euros, e sabendo que o Centro de Saúde tem vinte anos, e que aparentemente de longe parece estar em condições mínimas, o Edifício da Casa do Ensaio, exigiria pelo menos três milhões de euros no que seria o seu investimento. Como o Executivo tem de fazer escolhas, tem de ter a frontalidade



de o dizer e a coragem de decidir, deu conta que nos próximos dois anos a não ser que haja algum programa financeiro que contemple aquele edifício, a nível de infraestruturas culturais, será muito difícil avançar com a obra do Edifício da Casa dos Ensaios. Relativo ao Pavilhão 2000, disse terem feito um compasso de espera, no sentido de perceberem se conseguiriam enquadramento financeiro, dando conta que aquilo que conseguiram foi de quinhentos mil euros ou um milhão de euros, verba que está alocada ao Município na CIMT, dizendo que essa reabilitação terá de ser no âmbito do Pavilhão 2000 vir a ser um Pavilhão Multiusos para ter uma abrangência a mais valências. Disse que estão a trabalhar para se ter procedimento aberto para a concretização do projeto de execução para que depois possam pegar no mesmo, e o valor que têm na CIMT para se perceber se irão à banca ou não, para empréstimo do eventual restante investimento. Referiu que tudo indica que sim, estando a aguardar, para ser ter noção do valor, lembrando que será uma obra no valor de um milhão. Referindo-se à Estação Rodoviária, disse que inicialmente tinham pensado tirar a Estação Rodoviária do sítio onde está atualmente e passar para o Centro da Vila, dando conta que existem prioridades, e que o país anda a velocidades diferentes, não querem de todo desaproveitar os fundos comunitários, dizendo que aquilo que irão fazer é manter a Estação Rodoviária onde está, criando um espaço de coworking, para se poder rentabilizar o mesmo. Falando na Escola de Pias, disse que a mesma será uma Incubadora de Empresas, referindo que neste momento estão no ante-projeto, e avançando para o projeto de execução, querendo muito arrancar com essa obra que terá financiamento de fundos comunitários. Em relação ao Provedor do Município, disse não ter muita pressa, no sentido em que acha que o Provedor do Município tem de ser uma personalidade agregadora, isenta, polida, unânime, justa com valores e que num Concelho como o de Ferreira do



Zêzere, disse terem muitas pessoas de qualidade, sendo que algumas não estão disponíveis, outras entende que a escolha seria complicada, por esse motivo não tem sido para o Senhor Presidente uma prioridade. Segundo o Senhor Presidente da Câmara o mais difícil já está, que era criar o regulamento, sendo que a fase seguinte será convidar a pessoa certa. Relativo ao Cento Cultural Alfredo Keil, deu conta que a candidatura se encontrava dividida entre o Centro Cultural e o Cine Teatro, era uma candidatura já colocada, referindo que estão com algumas conversações com a entidade GEPAC, que entendem que determinado instrumento tecnológico não é enquadrável naquela candidatura, mas que a Câmara Municipal entende que sim, pois em alguns Municípios já foi aprovado. Referiu que essa entidade aguarda parecer, sendo essa questão que está a demorar a situação, pelo que já se poderia estar em condições de ter aberto o concurso para receberem a tecnologia. Relativo à transmissão online e cuja candidatura estava a referir, dará ao Município, a capacidade tecnológica para fazer streaming das respetivas reuniões de Câmara. Deu conta que cada transmissão online fica por volta dos quatrocentos euros na Assembleia Municipal. Disse não ter tantas como reuniões de câmara, embora as públicas seja uma vez por mês, gostando muito de poupar esse dinheiro e utilizar os meios tecnológicos que derivam dessa candidatura. Acredita que nos próximos três meses estejam em condições de avançar com o streaming nas reuniões de câmara públicas, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez um pequeno comentário em relação ao documento em apreço, dizendo que quando o leu, houve um ponto que não quis deixar de realçar, que vem previsto um reforço de uma verba de cinquenta mil euros, para a recuperação do Moinho de Avecasta, pelo que tal fato deveria ficar sinalizado publicamente, sendo um esforço que a Câmara Municipal irá fazer de

acordo com aquilo que são as possibilidades da mesma, bem como com os acordos com os responsáveis diretos afetos à situação do Moinho de Avecasta, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor do PS, zero votos contra, e sete abstenções do PPD/PSD-CDS.PP, com nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º, e alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar Revisão Orçamental n.º 1 (Receita e Despesa) e Revisão n.º 1 - Modificação às GOP-Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes). -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, da declaração de utilidade pública das expropriações, atribuindo-lhe caráter de urgência, destinados à execução da obra da "Praia Fluvial - Bairrada/Bairradinha", nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 14º do Código das Expropriações. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que estão a resolver algumas questões relativamente a expropriações que aconteceram no passado e que essa situação até tem interferência em algumas negociações que têm atualmente e algumas vontades e obras que estão a acontecer. Disse ser sempre um conciliador, gostando sempre de falar com os munícipes, procurando encontrar sempre uma solução, que seja justa para a comunidade e para os munícipes de forma singular. Referiu que na situação em apreço disse não terem grande saída, dando conta que em primeiro lugar existe uma grande divergência de valores relativamente aos terrenos que estão mencionados no documento, dizendo que têm terrenos avaliados internamente e externamente por pessoas capacitadas e credenciadas, e que os proprietários pediam dez vezes mais, dando esse exemplo. Tiveram um proprietário

em que o terreno estava avaliado em dois mil e quinhentos euros, por quatrocentos metros quadrados, dizendo que o proprietário o comprou há cinco meses por vinte e cinco mil euros. Tiveram outro terreno, em que o proprietário pediu cem mil euros, que inicialmente estava à venda e que passado dois ou três meses, deixou de estar, dizendo também que por parte de alguns proprietários não sentiu muita vontade, mas que falou com todos os interessados e que após a deliberação na Assembleia Municipal, irá confrontá-los com a decisão da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal para se perceber se os proprietários querem mesmo que se avance para a expropriação. Disse que a forma mais justa de terem a certeza de que aquilo que vai ser dado aos munícipes, aos proprietários daqueles terrenos seja o valor que as entidades, os avaliadores entendem ser o correto, e que caso os proprietários entendam que não é o valor que gostariam têm a oportunidade de se justificarem, de contrapor. Entende assim que é o melhor para o erário público, o Município e para os proprietários dos terrenos. Deu também conta de que a Câmara Municipal conseguiu a aprovação do projeto da Praia Fluvial – Bairrada/Bairradinha, no programa de Turismo de Portugal, em que vai ser financiado a setenta por cento, sendo trezentos e vinte e cinco mil euros de investimento, dizendo que o compromisso que assinaram com o Turismo de Portugal, obrigam a fazer a obra num espaço temporal, e que não permitia entrar numa negociação que poderia ser longa. Disse que é a decisão mais acertada, pretendendo muito rapidamente avançar com o projeto para cumprir uma promessa e fechar um dossier que deriva do antigo executivo, com muitas e longas reuniões com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de compatibilizar o projeto com aquilo que são as regras do plano de ordenamento da barragem do Castelo do Bode, dizendo que não foram tempos fáceis, dando conta que estão com o dossier em questão há dois anos e que



finalmente conseguiram fechá-lo. Disse que neste momento é avançar com as expropriações, para se iniciar o concurso para a obra iniciando a mesma, para dar aquele espaço maior qualidade, mais condições aos munícipes e a quem visita Ferreira do Zêzere e que vem ordenar e resolver um conjunto de problemas que os proprietários das habitações envolventes, que têm tido ao longo dos últimos anos, e que vem acima de tudo acrescentar valor ao Concelho, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º do Código das Expropriações, aprovar a declaração de utilidade pública das expropriações, atribuindo-lhe caráter de urgência, destinados à execução da obra da "Praia Fluvial - Bairrada/Bairradinha". -----

5. Apresentação do projeto "Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro", pela empresa projetista Linhas Ímpares, Unipessoal Lda, e intervenção do Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, da DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. -----

A empresa projetista Linhas Ímpares, Unipessoal Lda, a pedido da Mesa da Assembleia Municipal, dirigiram-se ao púlpito para efetuarem a apresentação do projeto "Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro". Começaram por agradecer a oportunidade de resolver o desafio apresentando o projeto à comunidade em geral. Agradeceu ao executivo municipal, felicitando a possibilidade de se poder desenvolver um projeto de referência que permitirá no futuro dar condições incomparáveis aos usufrutuários daquele espaço. Passaram assim à apresentação do projeto "Melhoramento do Parque Escolar -

Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro". O Senhor Arquiteto David Ribeiro e coordenador daquele projeto, começou por mostrar a pré-existência do espaço, com um edifício com mais de quarenta anos e em sintonia com o Município de o substituir integralmente para uma estrutura capaz em todos os aspetos, e dar uma resposta às necessidades contemporâneas que qualquer escola tem atualmente, bem como simultaneamente capaz de fazer tantos anos como a existente. Apresentaram de seguida uma mancha do edifício onde referiram que tem muito pouca ou nenhuma articulação urbana e paisagística com a sua envolvente. Referiu que se tratou de um projeto tipo que foi implantado no terreno da forma que na altura se entendeu que deveria ser, mas com alguma estranheza da parte da equipa projetista quando analisaram, entenderam que nem sequer a orientação solar estava otimizada, lembrando que no geral esses edifícios eram implantados em terrenos bastante generosos, o que permitia ter os espaços de ensino, orientados a nascente e a poente, mostrando na apresentação que a grande maioria dos espaços de ensino estão virados a norte, além de outros conjuntos de deficiências funcionais que detetaram na análise, nomeadamente a falta de ordenamento que existia relativo ao paisagismo, e da relação da escola com os espaços exteriores, que não é a mais desejável. Disse que poderia mencionar uma lista de patologias não só funcionais, mas também construtivas, mas ficava-se por ali. Referiu que houve o cuidado naquela fase do projeto pensar em conjunto com o Município, como se iria processar o momento da obra e simultaneamente à construção como poderia a escola continuar a funcionar. O terreno disponível permite essa flexibilidade e com o correto faseamento da construção, conseguem dentro do mesmo recinto escolar, manter a escola em funcionamento pleno, faseando a obra utilizando partes do edifício existente e antes de serem demolidas, complementadas com alguns suportes. De entre estes destacou



os contentores, o que permitirá sequencialmente avançar em primeiro lugar com a implantação de um conjunto de contentores que irá reunir um conjunto de valências para espaços administrativos, bem como alguns espaços pedagógicos, o que irá permitir em segundo lugar, uma primeira fase de demolição, do pavilhão existente e parte do edifício escolar e em terceiro plano a construção da grande parte da área construída do respetivo projeto que consiste essencialmente no pavilhão desportivo, e que no volume confronta o espaço público. Num quarto e quinto momento de construção irá haver mais uma demolição do edifício existente, dizendo que na atual fase os contentores programados inicialmente deixam de ser necessários, havendo esse cuidado de faseamento de forma a minimizar o tempo que os contentores estão a ser utilizados, por questões de custo inerente às atuais estruturas e que sequencialmente procede-se à construção da restante área edificada da escola, totalizando assim toda a construção necessária e que no último momento dará lugar à demolição final do que ainda restará da escola existente e que todos os remates paisagísticos e de arranjos exteriores necessários para formalizar a solução final. Ficou demonstrada na apresentação o resultado final da construção edificada, dando logo para perceber a relação quase que simbiótica com tecido urbano adjacente e o edifício que resulta não só da análise que foi feita no contexto urbano paisagístico existente e topográfico, como também uma relação instantânea naquelas que são as necessidades a nível da orientação solar dos espaços, privilegiando os espaços de ensino bem como outros, garantindo um edifício eficiente, a nível energético, simultaneamente salubre e confortável na sua utilização diária. Apresentou planta de implantação do edifício em que o perímetro exterior irá manter-se na sua completa integridade, com exceção à bolsa de estacionamento, que irá servir a escola e a comunidade próxima, aumentando a capacidade de estacionamento, principalmente



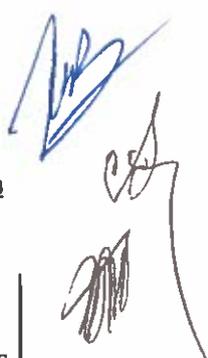
para funcionários e professores no dia a dia, permitindo também um acesso independente do acesso à escola, à zona desportiva, neste caso ao pavilhão e campo de jogos exteriores, que irá possibilitar a utilização de todo aquele núcleo de forma independente relativo à escola, com claras vantagens para toda a comunidade, não só para a população escolar, como também para a comunidade para poderem usufruir o respetivo equipamento fora dos horários letivos. Disse que a escola se desenvolve em três volumes, nomeadamente o volume que confronta o espaço público, um outro implantado numa cota ligeiramente inferior, e um outro que estabelece a ligação entre os dois mencionados anteriormente. Referiu que a sua geometria é resultante das condicionantes urbanas existentes, como os alinhamentos, topografia, etc., sendo o mais marcante o alinhamento de acesso à escola com a rua existente, numa das artérias principais de acesso à escola, o que dá um mote para direcionar o volume que liga aos outros dois adjacentes. Mostraram a planta do piso térreo, descrevendo a entrada como comunicação quase imediata com o espaço de domínio público e que é feito deste a entrada do recinto a partir de uma estrutura coberta, existindo esse conforto no acesso à escola e que a partir do átrio da entrada existe um acesso imediato aos vários núcleos funcionais que constituem o edifício, sem qualquer necessidade de qualquer utente, neste caso, um aluno, um pai, um professor, para que quando se dirigirem para os espaços que pretendem ir, não existirá a necessidade de invadir qualquer outro espaço que não aquele que é realmente o seu destino. Demonstrou na planta do lado direito toda a área administrativa e de docentes, nomeadamente zonas de trabalho, de convívio para professores, mostrando também próximo à entrada zonas de atendimento a pais, encarregados de educação, associados à sala de trabalho dos diretores de turma, bem como a secretaria com um contato direto com o átrio, e as zonas administrativas de



caráter mais privado, na extremidade. Do lado esquerdo e com grande contato visual para o átrio, a biblioteca, como espaço fundamental e principal da escola que vai decerto convidar à sua utilização, não só pela posição que ocupa, mas também pela visibilidade que tem relativamente aos utilizadores do espaço. Naquela zona têm também alguns espaços de utilização comum, como a papelaria e que a partir daquela zona se entra numa área mais reservada a espaços pedagógicos em que no piso térreo foram destinados à colocação de salas específicas, nomeadamente as duas salas de EVT e os dois laboratórios. Voltando a referir a parte do edifício que está no alinhamento que perpetua o movimento urbano, é culminado com um grande recreio coberto, articulando-se com o anfiteatro exterior, indicando que tudo está articulado com as cotas naturais do terreno. Antes de chegar ao exterior, demonstrou o volume com uma cota inferior que vai encerrar do lado esquerdo o anfiteatro, auditório, e do lado direito, os espaços sociais nomeadamente para o convívio dos alunos e o refeitório culminado com a cozinha e respetivos anexos, com acesso independente, sem qualquer tipo de conflito entre o acesso automóvel, ao interior do recinto e os fluxos que os alunos que naturalmente estabelecem nos períodos de recreio no exterior da escola. Falando ainda naquela cota, têm o Pavilhão Desportivo, equipamento este que poderá ser partilhado pela escola e pela comunidade, e que tem uma área de jogo Standard de 442m², permitindo a prática de qualquer desporto, complementando também com ginásio, que permitirá alguma flexibilidade no tipo de desportos que poderão ser praticados. Referiu que aquelas duas grandes naves são servidas com um corpo complementar de apoio com os balneários de alunos e também de professores, existindo ali a distribuição feita a partir de átrio de público, em que o átrio de acesso direto a partir da rua e em simetria do outro lado têm um átrio que serve essencialmente a escola e o fluxo

natural dos alunos entre a escola e a área desportiva, dando conta que tudo se encontra em comunicação à mesma cota com as zonas de jogos exteriores que têm essas valências, e de uma área semelhante à área interior, complementado com outro campo de dimensões semelhantes para a prática de basket. Mostrando o primeiro piso, disse que ficou remetido essencialmente para espaços de salas de aulas normais num total de dezassete salas, mais duas específicas, nomeadamente as salas de música e TIC, com outras salas de arrecadação de material didático, áreas técnicas, instalações sanitárias e que estão sempre presentes nas extremidades do edifício em ambos os pisos. Concluiu mostrando algumas imagens daquilo que será virtualmente a simulação visual do novo edifício escolar, mostrando a morfologia e a forma do edifício e a sua relação muito clara e adaptada àquele contexto urbano específico. Apresentaram uma foto em que se consegue perceber a perspetiva do eixo principal de acesso da escola, e a relação de abertura da escola para a Vila e não de uma escola que se esconde dentro de um recinto, existindo ali um edifício que convida os alunos, os professores e toda a comunidade a entrar, o que com certeza constituirá motivo de orgulho para toda a comunidade. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, no uso da palavra, quis destacar dois pontos, começando por enaltecer o projeto apresentado, que será uma mais-valia para a educação do Concelho de Ferreira do Zêzere e respetivo território a ser uma realidade. Disse ser uma mais-valia para os alunos, para o corpo docente e pessoal não docente. No segundo ponto, quis salientar que no ano anterior em abril de dois mil e vinte e três, na Assembleia Municipal realizada em Chãos e que relativamente à apresentação já na altura sobre o mote do novo projeto para a Escola Pedro Ferreiro, deu conta que efetuou uma intervenção em que se dirigia ao Senhor Presidente da Câmara para o sensibilizar por uma eventual possibilidade de não se



fazer uma demolição integral do edifício, referindo que na altura quando viu as primeiras imagens da escola, do novo projeto, percebeu que haveria uma zona que não colidia com a nova planta, que é a zona que tem a biblioteca que tem o auditório, que tem um ginásio, acreditando que poderia ser uma mais valia de espaço extra eventualmente estratégico, para futuras situações e necessidades da escola. Nesse sentido propôs essa observação e sensibilidade para essa questão. Disse que o Senhor Presidente da Câmara teve a simplicidade para a auscultar, dizendo que sabe que a decisão não passa pelo Município, e sim provavelmente pela DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, e aproveitando aquele momento da sessão e pela presença do Senhor Delegado, Dr. Pedro Florêncio, pretendendo voltar a focar-se naquele assunto de forma a sensibilizar o Senhor Delegado. Estando certo de que na eventualidade do assunto mencionado e que pelas entidades competentes ser merecido de algum apreço, de alguma avaliação, querendo apenas deixar aquela nota, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Deputada Municipal, Sara Diogo, no uso da palavra, começou por congratular o Senhor Presidente da Assembleia pela Assembleia Extraordinária, lembrando os presentes que tinha lançado o desafio de se apresentar publicamente o projeto da escola e que sendo um projeto extremamente importante para o Município seria importante que fosse dado a conhecer à população. Disse que do ponto de vista arquitetónico lhe parece uma estrutura fantástica, um projeto ambicioso e de grande qualidade. Do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista de quem trabalha na instituição há muitos anos, gostaria de chamar a atenção para alguns pormenores. Disse que nalguns aspetos possam ter uma sensibilidade semelhante no que referiu o Senhor Deputado Municipal João Silva. Ao visualizar a apresentação não conseguiu contabilizar, mas pareceu que o número de salas disponíveis no projeto apresentado

deve rondar as vinte e cinco, vinte e sete salas, referindo que atualmente têm disponíveis quarenta salas, referindo o que implicará garantidamente ou que tenham de reduzir o número de turmas, fazendo com que elas sejam muito maiores do que são, dizendo que o existente é uma grande mais valia pedagógica, e que com a qual tem contado nos últimos anos, e que têm turmas relativamente pequenas, e que irá certamente comprometer as opções que têm fornecido no secundário, não sabendo se têm essa noção, dando conta que quando tem várias opções na mesma turma, elas têm que funcionar em simultâneo, o que na realidade uma turma não está a ocupar apenas uma sala, mas sim duas ou três, o que se não puder vir acontecer, terão de deixar de fornecer essas opções e que provavelmente poderá acontecer que mais alunos fujam para fora do Concelho, sendo uma questão na sua opinião que deveria ser considerada. Chamou também a atenção para o facto de funcionar na escola há muito tempo uma valência que pertence à Cáritas Diocesana de Coimbra que se chama COJ, sendo uma mais-valia para os alunos, dizendo que a mesma não está prevista no novo projeto da escola, prevendo-se a sua demolição, deduzindo que o COJ deixará de funcionar na respetiva escola. Pegando um pouco nas palavras do Senhor Deputado Municipal, chamou a atenção que há toda uma parte relativamente recente da escola que em termos de construção não choca com o novo projeto e que têm algumas valências muito recentes, referindo a dois laboratórios de qualidade, construídos com dinheiro do Município há muito pouco tempo. Falou também de um ginásio construído à custa dos dinheiros do POCH - Programa Operacional Capital Humano, para o trabalho do Curso de Técnico de Desporto e que tem estado aberto à comunidade neste momento, bem como da Biblioteca que é relativamente recente, referindo que há trinta anos funcionava num outro espaço, em uma sala de aulas, e que posteriormente foi efetuado um projeto e houve a construção da nova

biblioteca, que é um espaço de grande qualidade, com muita luz, e que na sua opinião não vê a necessidade de aquele espaço ser demolido e perderem aquele espaço, que poderia ser rentabilizado de outra forma, devido ao número de salas que aparentemente a escola irá perder. Disse que parece importante e não está previsto daquilo que visualizou, um aproveitamento diferente do espaço exterior da escola, lembrando os presentes que existe um espaço muito importante em termos de espaços verdes, onde se poderia colocar mesas de entretenimento exterior, e que seria importante considerá-lo também, deixando assim alguns aspetos que se deveria ter em atenção na análise do projeto, terminando assim a sua intervenção. -----

A empresa projetista Linhas Ímpares, Unipessoal Lda, no uso da palavra e esclarecendo a intervenção dos Senhores Deputados Municipais, começaram por esclarecer daquilo que são de sua competência, e começando pela manutenção de parte do edifício existente, não faria muito sentido no conjunto apresentado. Tendo considerado a sua análise que concluiu várias deficiências que o edifício tem e construir uma nova estrutura e capaz de manter ao seu lado parcialmente uma estrutura incapaz iria proporcionar um conjunto deficiente, não só em vários aspetos, no que diz respeito à imagem, mas também à própria funcionalidade. Deu conta que a forma como o projeto está estruturado e a forma como os espaços, e os núcleos sequenciam, obedecem a um determinado critério, a uma determinada lógica e de otimização, que não se coadunam com a existências de núcleos funcionais fora do contexto que foi inicialmente imaginado, dizendo que seria como que fazer um remendo numa escola existente, não sendo isso que se pretende, mas sim criar um conjunto novo, coeso, sem perpetuar algumas dificuldades funcionais já existentes. Falou na devolução da qualidade do ponto de vista urbano e que há quarenta anos atrás, o contexto foi privado, e que não faria muito sentido em manter parcialmente

o edifício que estava completamente desligado e insensível à envolvente paisagística e urbana do local. Acredita que quem tem alguns anos de utilização contínua do edifício, possa eventualmente haver algumas reservas e alguma resistência em abdicar daquilo que tomou como adquirido por vários motivos, sejam eles sentimentais, de memória, havendo por vezes alguma dificuldade em haver essa rotura por questões emocionais, querendo transmitir a quem quer que tenha tido esse tipo de sentimento, que tenha a certeza de quando o edifício estiver pronto e a funcionar, irá certamente preencher todas as necessidades e desejos dos seus utilizadores, sejam eles alunos, professores, funcionários ou munícipes. Relativo à questão do programa funcional, mais concretamente ao número de espaços de ensino, totalizam mais precisamente vinte e seis, e se se considerar o somatório dos espaços que referiu anteriormente, mais dois seminários e que em situações concretas, também podem funcionar como uma sala de aula. Deu conta também que pelas indicações que têm da rede, do Município ou da própria DGESTE, os espaços são os necessários e os suficientes para atender às necessidades reais que escola tem e que também será gerida em função dessa disponibilidade, não sendo melhor nem pior do que qualquer outra escola que esteja a ser desenvolvida em qualquer zona do país neste momento, não existindo assim algum tipo de depreciação programática, mas sim uma adaptação à atualidade e à projeção que se fez para o futuro, do número de espaços de ensino necessários a essa programação. Relativo aos espaços exteriores, disse que os espaços exteriores naquele tipo de estruturas, tem um caráter de expressão, naturalmente dispersos, devido a existir uma falta de relação entre a implantação do edifício e os limites do recinto escolar, que não valoriza o ato da recreação, do momento de lazer que os alunos possam ter no espaço exterior. Disse que o projeto e a forma como o edifício se relaciona com o exterior, pretende



também otimizar a utilização dos espaços exteriores, não os dispersando, mas concentrando em momentos específicos, bem localizados em articulação com os espaços interiores, nomeadamente a zona da sala de convívio dos alunos e de refeitório, dotando esses momentos de transição de zonas cobertas francas, ao abrigo da chuva, das intempéries em geral, relacionando essa mancha mais próxima ao edifício e de maior dimensão da área pavimentada, igualmente com áreas verdes e naturais, em que se pretende, dizendo que até por considerações recentes que não sejam demasiado artificializadas e nesse sentido houve uma tentativa, um pouco imposta pelas premissas que lhes foram transmitidas pelo Município. Esse exercício foi feito, sendo que houve necessidade de abdicar de algum desse património, sempre pesando as vantagens e desvantagens, tendo como prioridade a funcionalidade do edifício e o seu enquadramento urbano e paisagístico, que ainda assim foi possível manter e valorizar os espaços verdes existentes que poderão ser naturalmente apropriados pelos alunos e o que o projeto prevê, nomeadamente zonas de estadia, mobiliário urbano, necessário e suficiente à permanência confortável dos alunos no espaço exterior, quer seja pavimentado, quer seja naturalizado. Ainda em relação à manutenção da estrutura existente que seria deveras complicado, devido a estarem a falar de uma estrutura com cerca de quarenta e dois anos, dizendo que o tempo de vida útil da estrutura é de cinquenta anos, estando assim perante um edifício que está a chegar ao limite da sua vida útil, dizendo que a manutenção da atual estrutura implicaria um esforço em termos técnicos e de investimento que tornaria praticamente inviável essa mesma manutenção contrapondo com o edifício novo ou estrutura nova. Acrescentou ainda a questão do número de salas, dizendo que estão a falar de salas com as dimensões atuais necessárias e definidas regularmente e não salas como imaginadas há algumas décadas que têm dimensões



22	039
Livro	Folhas

mais pequenas e que não têm as condições adequadas. E estão a falar de vinte e seis salas completamente capazes atuais e dotadas de todas as condições modernas e salubres, a nível de acústico, de iluminação e de espaço, com as respetivas valências. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, no uso da palavra, quis apenas fazer uma questão, referente ao estudo que foi feito e aquilo que encontraram no edifício existente, e atendendo às atuais normas da União Europeia, referente à parte energética, a parte antissísmica, presume que nas construções atuais, quer nas mais antigas, se nada daquilo estava contemplado, ou se não cumpre a legislação em vigor, terminando assim o seu pedido de esclarecimento. -----

A empresa projetista Linhas Ímpares, Unipessoal Lda, no uso da palavra, e esclarecendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disseram que teriam sempre que existir intervenções, bastante radicais, para se conseguir adaptar estruturas existentes às necessidades, explicando que aquilo que é necessário é que toda a estrutura, todo o edifício, dentro dos vinte por cento superiores da classificação A+ energético, além das condições dos euro códigos estruturais, que são neste momento obrigatórios cumprir, nomeadamente também às questões da segurança contra incêndios, iria obrigar intervenções que praticamente deixariam no “osso” as estruturas que lá estão e que esse próprio “osso” de acordo com a mais recente legislação é uma condição *sinequanon*, para se conseguir obter a candidatura e para se conseguir os valores candidatados, e que é o cumprimento dos reforços estruturais que obriga o estudo de vulnerabilidade sísmica. Com o edifício daquela idade e no edifício com as patologias que foram encontradas iria obrigar não só o edifício ficar em “osso”, como esse próprio “osso” ainda teria de ser reforçado, terminando assim o esclarecimento. -----



O Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, da DGESTE, no uso da palavra, começou por referir que não conhecia Ferreira do Zêzere antes de exercer as funções que atualmente está a desempenhar, desde o dia um de julho de dois mil e vinte e três, dizendo que é uma localidade que tem grande apreço pela estreita relação, dando uma palavra de grande saudação e de apreço ao trabalho que tem sido vindo a ser realizado pelo atual Executivo Municipal, pela colaboração que tem tido com os serviços centrais do Ministério da Educação. Disse que Lisboa e Vale do Tejo têm cinquenta e dois Municípios, que vão de Setúbal a Fátima, Ourém, Vila Nova da Barquinha, referindo que Ferreira do Zêzere têm sido um Município exemplar naquilo que tem sido a estreita ligação que tem tido com os serviços centrais do Ministério da Educação, não só no que diz respeito à grande requalificação, e não estão a falar de uma requalificação de uma escola, estão a falar, sim de uma grande requalificação de uma escola que vai nascer de novo, referindo que têm sido dos Municípios que mais tem solicitada a intervenção, dizendo que ainda bem, e que por isso tem cansado os serviços do Ministério da Educação no âmbito do projeto de requalificação da escola Básica, 2 e 3º Ciclo, e secundário Pedro Ferreiro. Deixou uma saudação ao executivo pelo trabalho de estreita articulação que não é igual em todos os Municípios, dizendo que quem têm cinquenta e dois Municípios a seu cargo percebe exatamente aquilo que são as diferenças na colaboração entre os serviços centrais do estado e a Municipalidade, dando uma nota positiva ao atual Executivo que está no Município que pessoalmente não conhecia, dizendo não ter qualquer tipo de interesses em Ferreira do Zêzere, pois até é de Setúbal, querendo deixar essa situação bem clara. Respondendo a algumas questões que foram colocadas, começou por dizer que percebe aquilo que disseram em relação ao número de salas que a nova escola pode

vir a ter com o atual projeto, querendo explicar realmente desde logo no início, que qualquer projeto de requalificação, e estando a falar de um projeto de requalificação de um equipamento escolar, tem de obedecer cegamente àquilo que é o programa de espaços definidos pelo Ministério da Educação passando a explicar o porquê. Deu conta que neste caso estão a utilizar fundos sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência, em que as verbas são limitadas e que graças ao desempenho do Executivo, quer acreditar e pode ficar registado, que o Município de Ferreira do Zêzere será um dos primeiros a ser financiado pela CCDR, devido ao programa, ao projeto que já se encontra na fase em que está. Deu conta também que desde que tomou posse como delegado, tem vindo a trabalhar com vários Municípios, mas nenhum ainda com o grau de maturidade com o projeto e que a referida escola tem com a qualidade que é apresentada. Referiu que o projeto quando é concebido tem de ter em conta o programa de espaços, explicando aos presentes que não é feito pelo Município, dizendo que se for feito pelo Município tem de ser depois validado pela DGESTE, o que por vezes podem ocorrer situações que podem não correr muito bem, como alguns Municípios que tem na sua alçada, querendo fazer um parêntesis, ao dizer que desataram a fazer projetos para escolas, sem ter em conta aquilo que era o programa de espaços e que fizeram dentro daquilo que era a conceção de uma escola de qualidade para aquele Município, salas que ultrapassavam largamente aquilo que era o limite desejável para aquele território, sendo fácil de perceber porque é que depois não é validado, pois o dinheiro não chega para tudo. Disse que o dinheiro do PRR como é limitado, tem de ter as reais necessidades educativas do Município em atenção, percebendo realmente o que faz falta, dando conta de como se faz. O programa de espaços antes de existir sequer a equipa de projetistas ou de arquitetura é desenhado um programa de espaços pelos



Serviços Centrais e pelas técnicas da rede. Com um estudo prévio de cinco anos até à atual data e daquilo que foi a evolução histórica do número de alunos para o Município de Ferreira do Zêzere. Disse que a atual escola neste momento tem um IMO – Índice Máxima de Ocupação, que não chega aos sessenta por cento. Referiu que têm escolas na grande área de Lisboa e Vale do Tejo, que ultrapassam os cem por cento, têm escolas em Sesimbra, e em Sintra que estão na casa dos cento e vinte por cento da ocupação. Ao falar de Ferreira do Zêzere, esta não chega aos sessenta por cento, querendo deixar na sessão bem claro a informação prestada. Quis esclarecer também que nenhuma oferta, e querendo deixar ficar essa questão registada, nenhuma oferta educativa, seja ela de ensino básico, ou de ensino secundário, profissional ou regular, vai deixar de ser aprovada para o Município de Ferreira do Zêzere por não haver condições para acolher os alunos. Disse assim que todas as ofertas que a Direção da escola tem feito, também um trabalho em colaboração com o Município que tem proporcionado, pode continuar a trabalhar na rentabilização daquilo que é a diversidade nas ofertas em que a DGESTE irá sempre aprovar, querendo dizer que nenhum aluno de Ferreira do Zêzere terá de sair do Concelho para estudar em outro sítio devido a não existir aquela oferta específica, seja no curso profissional A, ou no curso científico B, ou no curso de humanidades C. Disse que têm de perceber que têm de rentabilizar aquilo que é o programa de recuperação e resiliência, percebendo quais são as reais necessidades do Município. Continuou dizendo que depois do programa de espaços seletivos ser feito, é devolvido ao Município que adjudica a uma empresa de projetistas, de arquitetura, que irá fazer um esboço de projeto que irá posteriormente ser submetido aos Serviços Centrais do Ministério da Educação da DGESTE. Disse que essa fase está ultrapassada e que estão muitíssimo à frente da maioria dos Municípios de Lisboa e

Vale do Tejo, não podendo falar pelos outros como é obvio, mas só podendo falar dos que tem na sua posse. Quer acreditar que de acordo com as considerações que já foram feitas pelo gabinete de arquitetura, pelos técnicos da rede do Ministério da Educação, disse que se aguarda agora o projeto de execução com as alterações que o Ministério da Educação já informou à equipa de projetistas para fazer, dizendo que se tiverem tido em conta as considerações que fizeram em relação ao projeto da escola estão reunidas as condições para se submeter na plataforma do Ministério da Educação para ser dos primeiros a ser financiados a nível nacional. Assim, disse que se aguarda neste momento o projeto de execução da equipa de projetistas para se perceber se as alterações, cujas alterações e sugestões que os serviços centrais fizeram foram tidas em conta ou não, deixando assim claro o programa de espaços. Não será por ter dezassete ou trinta salas que vão deixar de ter as ofertas educativas que têm. Sabe que a gestão da Escola irá fazer uma gestão equilibrada daquilo que é o espaço de acordo com as ofertas futuras que irão ter em vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis, e que nenhum aluno de Ferreira do Zêzere terá de estudar em outro Município devido à nova escola que terá todas as condições para que os alunos possam efetivar a escolaridade ao nível do ensino básico, ficando esse o compromisso do Ministério da Educação. Falou também de uma situação, e de uma parte mais técnica, de deixar um espaço existente que tinha uma certa funcionalidade na atual escola, dizendo que na sua opinião essa matéria de difícil resolução para aquilo que é depois o parecer técnico do Ministério da Educação, esclarecendo que as coisas estão bem quando não acontecem acidentes, mas deu um exemplo e olhando para umas semanas atrás para perceber aquilo que aconteceu numa escola perto do Concelho de Ferreira do Zêzere para equacionar aquilo que são os problemas de segurança dos alunos que frequentam os espaços, que depois não



validados de acordo com as normas europeias e nacionais. Deu o exemplo de se haver um sismo, o edifício não está preparado, não cumpre as regras de segurança, não cumpre as regras de eficiência energética, em que vão ter de ir para aquele edifício com uma manta, ou aquecedor, e depois o quadro dispara. Questionou os presentes se pretendem uma escola nova ou pretendem uma escola nova com remendos, assunto esse que se pretende perceber. Na sua opinião não está a ver, e não existe em nenhum Município, sendo muito difícil para o Ministério da Educação aprovar uma solução mista, e que para o Senhor delegado, nem considera aquela uma questão mista, devido a que pelo facto de se deixar o edifício na escola sem corresponder àquilo que são as condições normais, para de aprovação de um equipamento público, em que poderá acontecer um acidente, e que depois questiona, de quem é a culpa, do Município ou do Ministério da Educação que deixou aprovar, o que está tudo muito bem quando não existem acidentes, mas quando existem a culpa é logo indigitada ao Ministério da Educação, sendo muito fácil apontar o dedo, querendo dizer que todas aquelas situações têm de ser todas tidas em conta, quando se pensa em soluções daquele tipo. Percebe a relação efetiva que se falou, percebe a importância que o edifício e os equipamentos que a escola tinham em Ferreira do Zêzere, dando conta que mais importante do que a relação efetiva que têm com o espaço, são as condições de segurança que permite aos alunos, aos filhos dos ferreirenses, aos munícipes. Todas as situações mencionadas têm de ser todas muito bem pensadas, equacionadas, querendo acreditar que a equipa de arquitetura, nem a CCDR em termos de financiamento poderão deixar um equipamento desses dentro de uma escola que irá ter as condições que já foi demonstrado detalhadamente ao pormenor, pela equipa de arquitetura. Quis deixar o compromisso perante os presentes e uma palavra de alguma calma e tranquilidade, dizendo que nenhum

aluno vai ter de estudar para fora do Município, por não ter uma determinada oferta na respetiva escola, querendo deixar claro que há regras e essas regras servem para Ferreira do Zêzere e que servem para o resto do país, não podendo abrir questões de excecionalidade, devido a que posterior irão surgir questões mais complexas. Mais uma vez deu os parabéns à Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, dizendo que espera que continue a trabalhar com o Ministério da Educação como tem sido ao longo dos últimos tempos, dizendo que possivelmente será das primeiras escolas que irá inaugurar durante o seu mandato, e a correr bem como tem estado a correr neste momento o projeto de execução, terminando assim a sua intervenção, estando ao dispor para qualquer tipo de esclarecimento. -----

Não houve intervenções. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu assim como encerrado o ponto da apresentação do projeto da nova escola e da intervenção do Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do ponto 2º do artigo 37º (...a intervenção deve circunscrever-se aos assuntos, previstos na ordem de trabalhos). -----

Antes de dar a palavra ao público, quis agradecer ao Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio a sua intervenção, bem como à empresa projetista Linhas Ímpares, Unipessoal Lda, pela apresentação do projeto "Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro", pela forma como esclareceram todos os presentes naquela sessão, com as dúvidas colocadas, e também como foram eloquentes para em relação àquilo que foi a

presença do público que tinha provavelmente algumas dúvidas e com as intervenções do Senhor Delegado e equipa projetista, ficaram com certeza mais tranquilos. -----

Relembrou ao público que os assuntos que vierem a falar devem dizer respeito aos pontos que estão incluídos na Ordem de Trabalhos, dizendo para não se desviarem dessa situação, pediu que tenham a compreensão, para não ter que interromper a palavra de quem estiver a falar, nos termos do artigo 37º, do Regimento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Vítor Mendes, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que numa das últimas Assembleias Municipais, o Senhor Presidente tinha falado que em relação ao Centro de Saúde falava-se em quatrocentos e dez mil euros, na reconstrução do mesmo, e hoje acabou por falar em setecentos e vinte e cinco mil euros. Disse que as coisas estão caras, e com o aumento que falou pretendia saber se, se só para o ano seguinte é que se começa a fazer as obras, pois a obra em causa irá para os dez milhões com certeza, sendo uma dúvida que pretendia ser esclarecido. Relativo às expropriações, e não tendo nada contra elas, porque defende o espaço público e que quem quiser ser oportunista deverá ser penalizado, mas desde que elas cumpram determinadas regras, questionando se existe naquele espaço e que se trata na questão da possibilidade de expropriação, se existe alguma casa que seja habitável e que esteja envolvida no respetivo processo. Em relação à escola, ouviu os técnicos, os Senhores Deputados Municipais em que estes não levantaram dúvida nenhuma, supondo que estão de acordo, e que ouviu o Senhor Delegado Pedro Florêncio, tendo duas dúvidas que gostaria de ser esclarecido. Começou por pedir esclarecimento, relativo à área territorial que está a ser considerada ou que existe neste momento e que ocupa toda a

área territorial da escola, questionou se será para manter ou irá ser alterada. Na segunda questão, pretendia saber se está previsto, e porque ouviu várias explicações, e sendo insuficiente, questionou se está previsto ou não, o aumento ou a possibilidade da nova escola ao ser construída poder abranger mais alunos, se está previsto essa situação, devido às situações evoluírem, referindo que um Concelho muito rural, não quer dizer que não seja mais participado com mais alunos, se estará previsto essa situação, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Bruno Gomes, no uso da palavra, começou por informar o Senhor Vítor Mendes, que embora não esteja diretamente explícita na Ordem de Trabalhos, mas devido a terem falado numa Revisão Orçamental e naquilo que são as modificações às GOP – Grandes Opções do Plano, fez uma breve abordagem ao assunto, dizendo que quando o atual executivo chegou ao Município o Centro de Saúde estava referenciado para ser requalificado por cerca de duzentos mil euros. Deu conta que trabalharam com a ARS no sentido de perceber até onde é que essa requalificação seria possível. Disse que das reuniões que tiveram, chegaram ao valor de quatrocentos e cinco mil euros, e que este foi aceite pela ARS. Referiu que quem contabilizou aquele valor, quem fez a análise técnica daquilo que era o investimento necessário para a requalificação do Centro de Saúde foram os técnicos do Município, àquela data, mais propriamente no início do ano anterior, e com base nesse relatório técnico que era necessário para referenciar o Centro de Saúde no aviso que saiu, naquilo que é o Plano de Recuperação e Resiliência, conseguiram com que o Centro de Saúde fosse referenciado quando da abertura do aviso com o montante a que chegaram. Depois dessa fase e terem garantido que de facto essa referenciação era concretizada no aviso, referiu que o aviso exigia um anteprojecto ou um projecto de execução. Abriram procedimento para



a escolha de uma empresa, e essa empresa fez um cálculo da requalificação nas últimas semanas, e recorrendo a quem sabe da área, o orçamento previsto para a obra era de setecentos e vinte e cinco mil euros, que contempla um conjunto grande de intervenções que vão até àquilo que é inclusivamente o espaço exterior. Disse que neste momento estão a diligenciar junto do Ministério da Saúde e junto da ARS para que o aumento de orçamento previsto e justificado por um técnico e por uma empresa especializada é cabimentado, ou é possível referenciar nesse aviso. Disse ser um caminho que estão a fazer e quer muito chegar ao final do mandato com dezanove milhões de euros de fundos comunitários conseguidos. Referiu que neste momento vão com seis milhões, que com a escola espera chegar aos dezassete milhões, com o Centro de Saúde, pretende chegar perto dos dezoito. Não consegue garantir com as devidas certezas de que é isso que vai acontecer, mas que o que pode dizer neste momento é que existe grande probabilidade desse valor conjuntamente com o da extensão de saúde de Areias, ser aceite e ser referenciado num próximo aviso. Deu conta que o seu trabalho é conseguir financiamento e investimento para Ferreira do Zêzere, tendo muita confiança em como vão conseguir, lembrando que o valor das obras que hoje contemplam é bastante grande. Em relação às expropriações, disse não haver nenhuma casa habitável no processo envolvido. Em relação à escola, em relação à área territorial, esclareceu que a área é a mesma, não irá haver aumento, mas sim circunscrever-se ao espaço existente e que há quarenta e dois anos e na sua opinião foi muito bem pensado e que quem o decidiu, hoje continua a ter muito mérito. Falando no aumento dos alunos disse que já foi devidamente explicado pelo Senhor Delegado, Pedro Florêncio, voltando a frisar que o cálculo é feito por uma equipa técnica especializada do Ministério da Educação, não duvidando em nada da responsabilidade e desse conhecimento

técnico que o Ministério da Educação tem, terminando assim os seus esclarecimentos. -----

O Senhor Francisco Oliveira, no uso da palavra, começou por dizer que foi elencado um conjunto de problemas estruturais que a atual escola tem, bem como pela equipa projetista, como pelo Senhor Delegado Pedro Florêncio, que bem saberão como esses procedimentos decorrem e por outros meios, referindo que essa situação já foram problemas elencados em outras declarações já desde dois mil e vinte e um, falando na rede predial de águas em falência, a falta de manutenção de fundo, e consideradas as piores infraestruturas escolares de Santarém, um campo desportivo obsoleto, um refeitório e uma cozinha que também não cumpre os critérios de saúde e de segurança, salas com falta de climatização e que aquilo que se está a falar na presente sessão é conseguir garantir que hajam condições para os alunos, mas também garantir condições para os docentes, para os funcionários, não podendo estar com todas aquelas indecisões, ao que é preciso ter uma postura e dizer que é preciso fazer uma escola e fazer uma recomendação ao governo nesse sentido. Disse ser necessário ter uma escola nova, é necessário ter infraestruturas novas, e ao querer um Concelho melhor, e com melhores condições para os professores, alunos e funcionários, disse que tem de se garantir essa situação e não é com inércia que se vai lá, pelo que tem que se avançar. Questionou o Senhor Presidente, e em relação ao espaço verde bastante amplo na zona escolar, para que futuramente quando as infraestruturas forem inauguradas, que haja a possibilidade de utilizar os fundos do desporto escolar, dando esse exemplo, ou do próprio Município para requalificar a zona da parte de trás da escola com um jardim, com um parque, dando até a ideia com um edifício similar ao COG, para que se possa responder às necessidades e

anseios de quem utiliza atualmente aquele espaço, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e esclarecendo o cidadão Francisco Oliveira, relativo à questão colocada, disse que em relação ao COG, querendo dar conta de que o projeto da escola foi apresentado agora no sentido em que perceberam o que o aviso PRR dizia, de onde tiveram a certeza de que o projeto se enquadrava no aviso e a cem por cento, onde tem também a possibilidade da aquisição do mobiliário, dando conta que saiu em DRE o concurso para que possam avançar com a obra, sendo a maturidade muito importante, onde o Senhor Delegado, Pedro Florêncio, fez questão de referenciar essa situação. Passando assim ao assunto do COG, disse que o executivo não anda ali de ânimo leve, e que daquela passagem de patamar, com certeza que irão falar com a entidade responsável do COG, com a Cáritas, onde irão procurar encontrar uma solução que funcione como tem funcionado até à data, e que não é dentro da escola, mas sim num edifício ao lado. Deu conta que passando aquela fase da colocação da candidatura na plataforma, irão iniciar conversações para se tentar perceber o que se consegue para essa infraestrutura, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, no uso da palavra, disse que tem mais uma intervenção, e devido a que a cidadã não autoriza a utilização de meios de gravação audiovisuais, despediu-se de todos os presentes, agradecendo a presença do Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Florêncio, agradecendo a presença da equipa projetista Linhas Ímpares, Unipessoal Lda, agradecendo aos Senhores Deputados Municipais, ao respetivo público, esperando que saiam todos daquela sessão convictos de que irão entrar numa nova

